



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaiso.pr.gov.br

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO

LEI Nº. 420/2017

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei

Em 29/ Junho 1/2017

Orçamentária do Município de Alto Paraíso para o exercício de

Seção N.º 11005

2018 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E, EU, O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, inciso II, do art. 165, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e no art. 122, da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso, as diretrizes orçamentárias do Município, relativas ao exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV – as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre a Legislação Tributária do Município;
- VII – as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
- VIII – as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais, composto de:

- demonstrativo de metas anuais;
- avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- evolução do patrimônio líquido nos três exercícios anteriores;
- origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- receitas e despesas previdenciárias do RPPS;
- projeção atuarial do RPPS;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
II – Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

CAPÍTULO I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2018 serão estabelecidas no Plano Plurianual – PPA relativo ao período 2018-2021.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual – PPA.

Art. 3º Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, no art. 4º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF e no art. 122 da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2018 serão estabelecidas no PPA 2018-2021, em Anexo próprio e terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, todavia não se constituem limites à programação das despesas.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018 será dada maior prioridade:

I – à promoção do desenvolvimento social, visando à redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população;

II – ao atendimento integral à criança e ao adolescente;

III – à austeridade e transparência na gestão dos recursos públicos;

IV – à geração de emprego e renda, economia solidária e preservação de recursos naturais;

V – à promoção do desenvolvimento urbano;

VI – à promoção do desenvolvimento rural;

VII – à promoção na área da saúde de forma a garantir o acesso a serviços de qualidade a toda a população; e

VIII – à promoção e ao desenvolvimento à cultura.

§ 2º A execução das ações vinculadas às metas e prioridades do Anexo a que se refere o caput estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Art. 4º Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal/88 e no art. 4º da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. A Secretaria de Fazenda e Planejamento, em parceria com a Secretaria Municipal de Promoção Social e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, disponibilizará instruções para apuração do Orçamento Criança.

Art. 5º Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio dos Conselhos Municipais, em atendimento ao disposto no art. 44 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.

Art. 6º O Município de Alto Paraíso implementará o atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso relativo ao exercício de 2018 deve obedecer aos princípios de justiça social, de controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:

I – o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos, bem como combater a exclusão social;

II – o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

III – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

IV – o princípio da economicidade implica, na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 9º Para efeito desta lei entende-se por:

I – diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;

II – função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

III – subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

V – ação: especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, onde descreve o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos que devem ser detalhados em unidades e medidas;

VI – atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

VII – projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VIII – operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especial;

IX – órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido;

X – unidade orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;

XI – modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;

XII – concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de créditos orçamentários; e

XIII – conveniente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 10. As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos, atividades e operações especiais de modo a especificar a ação/meta integral ou parcial dos programas de trabalho.

Art. 11. O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 12. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a fonte de recursos.

§ 1º As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I – Despesas correntes; e

II – Despesas de capital.

§ 2º Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – amortização da dívida.

§ 3º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

II – indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – transferências à União;

II – transferências a Estados e ao Distrito Federal;

III – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos;

IV – transferências a consórcios públicos;

V – aplicações diretas; e

VI – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 5º A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

§ 6º A Lei Orçamentária Anual para 2018 conterá a destinação de recursos, classificados pelo Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

I – O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no § 6º deste artigo;

II – As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e

III – Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 7º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 8º Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas, exclusivamente pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, mediante publicação de decreto no Jornal Oficial do Município, com as devidas justificativas.

Art. 13. A Reserva Orçamentária será identificada pelo dígito 7 (sete) no que se refere à categoria econômica e ao grupo de natureza da despesa. Quanto à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos será identificada pelo dígito 9 (nove).



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaiso.pr.gov.br

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

Art. 14. A Reserva de Contingência prevista no art. 45 desta lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

Art. 15. A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas: ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e

ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 ao Poder Legislativo.

Art. 17. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- o comportamento da arrecadação do exercício anterior;
- o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
- a situação observada no exercício de 2016 em relação ao limite de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF;
- o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e o desenvolvimento do ensino;
- o demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº. 29/2000; e
- a discriminação da dívida pública total acumulada;

Art. 18. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

- texto da lei;
- quadros orçamentários consolidados;
- anexo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o inciso II, do § 5º, do art. 165, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e
- discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao Orçamento Fiscal.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaiso.pr.gov.br

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

§ 1º Integrarão o Orçamento Fiscal, todos os quadros previstos no inciso III, do art. 22, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Integrarão o Orçamento de Investimento, no que lhe couber, os quadros previstos na mesma lei citada no parágrafo anterior.

CAPÍTULO III - DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 19. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas no § 5º, do art. 153, e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal/88, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com a Emenda Constitucional nº. 25/2000.

§ 1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito do Município, conforme disposto no inciso II, do § 2º, do art. 29-A, da Constituição Federal/88.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º, do art. 29-A, da Constituição Federal/88.

Art. 20. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o último dia útil antes do início do recesso do primeiro semestre observada as disposições desta lei.

CAPÍTULO IV - DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

Diretrizes Gerais

Art. 21. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no caput do art. 48 da Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF.

pelo Poder Executivo:

a Lei Orçamentária Anual e seus anexos;

as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;

o Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e

o Relatório de Gestão Fiscal.

§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, deverá:

manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no caput do art. 48 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF; e

providenciar as medidas previstas no inciso II, do § 1º, deste artigo, a partir da execução da Lei Orçamentária Anual, do exercício de 2018, e nos prazos definidos pela Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.

Art. 22. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 23. O Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não-vinculadas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 1º O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018.

Art. 24. No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento; deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.

Art. 25. Se for verificado ao final do bimestre que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, por fonte de recursos, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão através de legislação específica e no montante necessário, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e de movimentação financeira, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 1º Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais, desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 26. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 27. As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos e Fundos Municipais serão elaboradas e apresentadas à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento até o final do primeiro semestre de 2017, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 28. A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Parágrafo único: O disposto no caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

Art. 29. É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Art. 30. A Lei Orçamentária de 2018 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e
certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Art. 31. A Procuradoria Municipal encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2017 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2018 devidamente atualizados, conforme determinado pelo § 1º, do art. 100, da Constituição Federal/88, e discriminada conforme detalhamento constante do art. 12 desta lei, especificando:

- I – número e data do ajuizamento da ação originária;
- II – número do precatório;
- III – tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV – enquadramento (alimentar ou não-alimentar);
- V – data da autuação do precatório;
- VI - nome do beneficiário;
- VII – valor do precatório a ser pago;
- VIII – data do trânsito em julgado; e
- IX – número da vara ou comarca de origem.

Parágrafo único. A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º, do art. 100, da Constituição Federal/88 e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2018, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

Art. 32. A obrigação de pequeno valor atenderá os dispostos tratados no § 3º, do art. 100, da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20, de 15 de dezembro de 1998 e pela Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000.

Art. 33. Na programação da despesa não poderão ser:

fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial – ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos na forma do § 3º, do art. 167, da Constituição Federal/88.

classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada; e

incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 34. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal/88 não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente; e

clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

Parágrafo único. Para atender ao disposto nos incisos I e II, durante a execução orçamentária do exercício de 2018, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 35. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, auxílios e contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com e sem fins lucrativos e amparadas por Lei Municipal.

Art. 36. A receita total do Município prevista no orçamento fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere à educação infantil, ao ensino fundamental e à saúde;

contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo os Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde, conforme legislação em vigor;

custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais;

pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;

pagamento de sentenças judiciais;

contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e

reserva de contingência, conforme especificado no art. 45 desta lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas, poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

Art. 37. As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 38. O controle de custos e a avaliação de resultados previstos no inciso I, alínea “e”, do art. 4º e no § 3º, do art. 50, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF serão realizados pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município.

SEÇÃO II



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaiso.pr.gov.br

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 39. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art. 40. Vedada à realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 41. Na estimativa da receita e fixação da despesa serão considerados:

os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e as alterações tributárias.

Art. 42. O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal/88.

Art. 43. O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do art. 7º, da Emenda Constitucional nº. 29/2000 e no inciso III, do art. 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88.

Art.44. Do total das previsões das Receitas Tributárias e da parcela do Fundo de Participação dos Municípios - FPM da Administração Direta serão destinados no mínimo 2% no orçamento da criança e adolescência.

Art. 45. A Lei Orçamentária conterà Reserva de Contingência no valor até meio por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no inciso III, do art. 5º da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.

Parágrafo único. Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado apenas para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde e educação e ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

Art. 46. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional – Transposição.

Parágrafo único. Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica da despesa e mesma fonte de recursos.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Art. 47. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional – Remanejamento.

Parágrafo único. Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa.

Art. 48. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional - Transferência.

Parágrafo único. Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos.

Art. 49. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a alterar as Modalidades de Aplicação constantes da Lei Orçamentária de 2018 até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada para cada Poder.

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos constantes da Lei Orçamentária de 2018 até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada para o Poder Executivo.

Art. 51. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º, do art. 167, da Constituição Federal/88 será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Para a reabertura dos créditos previstos no caput, o Executivo utilizar-se-á do previsto nos incisos I e II, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 52. Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas, deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município.

Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a adequar, através de decreto, as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valores ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual.

SECÃO III

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaiso.pr.gov.br

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

Art. 54. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167 inciso XI, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o § 5º, do art. 212, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;

da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e

do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 55. As despesas com pessoal e encargos sociais para 2018 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº. 9.717, de 27/11/1998, na Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF e na legislação municipal em vigor.

Art. 56. O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes na Lei Orçamentária de 2018, e em seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando o limite do inciso III, do art. 20, e o art. 21 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.

Art. 57. O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Art. 58. Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 59. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU fixo do exercício de 2018 terá desconto de até 20% (vinte por cento) do valor lançado para pagamento em cota única.

Art. 60. Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2018 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pelas Leis Municipais de Isenções e de Incentivo à Industrialização, se atendidas às exigências do art. 14, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Art. 61. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

Art. 62. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, §3º, II, da LRF.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 63. Os Orçamentos da Administração Direta e Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento do serviço da dívida municipal.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 64. Cabe à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do projeto de lei orçamentária, de que trata esta lei.

Art. 65. Para os efeitos do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº. 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e

as despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

Art. 66. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais conseqüências advindas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 67. Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser considerados como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2018 ao Legislativo Municipal.

Art. 68. Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Art. 69. Cabe à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF.

Art. 70. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante créditos adicionais suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 71. Esta lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2017.


DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

Exercício: 2018

Situação: Aprovada

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 420/2017

Data: 28/06/2017

Tipo: Lei

Unidade: 01.01 - PODER LEGISLATIVO

Programa: 0001 - Manutenção do Poder Legislativo

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.001 - Manutenção dos serviços legislativos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;	PODER LEGISLATIVO	A	Sessões	und	40,00	1.500.000,00
<input type="checkbox"/> Desenvolver atividades de apoio ao legislativo; <input type="checkbox"/> Adquirir equipamentos e material permanente para o Poder Legislativo; <input type="checkbox"/> Contratar serviços de documentação de arquivo do Legislativo; <input type="checkbox"/> Adquirir material de construção e reforma; <input type="checkbox"/> Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.500.000,00

Exercício: 2018

Situação: Aprovada

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 420/2017

Data: 28/06/2017

Tipo: Lei

Unidade: 02.01 - CONTROLADORIA INTERNA

Programa: 0002 - Gestão Administrativa Superior

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.002 - Manutenção dos serviços de Controladoria Interna	CONTROLADORIA INTERNA	A	GLOBAL	GL	1,00	180.000,00
<input type="checkbox"/> Análise de equipamentos e material permanente; <input type="checkbox"/> Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						180.000,00

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
 Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2018 e dá outras providências.
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
 LEI Nº 420/2017

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 02.02 - ASSESSORIA DE GABINETE
Programa: 0002 - Gestão Administrativa Superior

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.003 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	ASSESSORIA DE GABINETE	A	GLOBAL	GL	1,00	500.000,00
p Manutenção dos serviços do gabinete do prefeito, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; p Aquisição de equipamentos e material permanente; p Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						500.000,00

Data: 28/06/2017 **Tipo: Lei**

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 02.04 - ASSESSORIA JURIDICA
Programa: 0003 - Administração Geral

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.005 - Manutenção dos Serviços de Assessoria Jurídica	ASSESSORIA JURIDICA	A	APOIO ADMINISTRATIVO	und	1,00	700.000,00
p Manutenção das atividades da Assessoria Jurídica, através de custeio de despesas fixas e de manutenção, objetivando as ações contínuas; p Aquisição de equipamentos e material permanente; p Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						700.000,00

Data: 28/06/2017 **Tipo: Lei**

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETARIO
Programa: 0002 - Gestão Administrativa Superior

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.006 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração	GABINETE DO SECRETARIO	A	GLOBAL	GL	1,00	90.000,00
p Manutenção dos serviços do gabinete do secretário de administração, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; p Aquisição de equipamentos e material permanente; p Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						90.000,00

Data: 28/06/2017 **Tipo: Lei**

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 03.04 - DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS
Programa: 0000 - Operações Especiais

Fundamento Legal: 420/2017		Data: 28/06/2017		Tipo: Lei		
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
0.001 - Contribuição para formação do PASEP	DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS	D	GLOBAL	GL	1,00	290.000,00
0 Acompanhar e executar recursos orçamentários para a formação do PASEP.						290.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						290.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 03.04 - DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS
Programa: 0003 - Administração Geral

Fundamento Legal: 420/2017		Data: 28/06/2017		Tipo: Lei		
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.009 - Manutenção das Atividades de Recursos Humanos	DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS	A	GLOBAL	GL	2,00	290.000,00
0 Manutenção dos serviços de atividades de recursos humanos, através de custos de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, sujeitando as ações contínuas;						
0 Promover o treinamento e a capacitação profissional do quadro funcional da Administração Pública;						
0 Aquisição de equipamentos e material permanente;						
0 Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						290.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 03.05 - DIV. ASSISTENCIA TECNICA ADMINISTRATIVA
Programa: 0003 - Administração Geral

Fundamento Legal: 420/2017		Data: 28/06/2017		Tipo: Lei		
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.011 - Manutenção da Divisão de Assistência Técnica e Administrativa	DIV. ASSISTENCIA TECNICA ADMINISTRATIVA	A	GLOBAL	GL	3,00	1.201.000,00
0 Promover o treinamento e a capacitação profissional do quadro funcional da Administração Pública;						
0 Aquisição de equipamentos e material permanente;						
0 Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.201.000,00

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
 Diópio sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2018 e de outras providências.
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
 LEI Nº 420/2017

g	Manutenção dos serviços da divisão de assistência técnica, administrativa e serviços gerais, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
g	Condensação e divulgação dos atos oficiais do Município;
g	Elaborar e executar campanhas em assuntos de utilidade pública de interesse da coletividade;
g	Implementar o acesso à INTERNET;
g	Desapropriar imóveis declarados de interesse social, necessários à ampliação do patrimônio público e implantação de novos projetos;
g	Administrar e manter as atividades referentes à locação de bens imóveis;
g	Realizar concursos públicos para atender a Administração Municipal e desenvolver o plano de cargos e salários;
g	Dar atendimento às atividades do Instituto DETRAN e da Junta de Serviço Militar;
g	Aquisição de equipamentos e material permanente;
g	Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.
TOTAL NO EXERCÍCIO	
1.201.000,00	

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Unidade: 03.06 - DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO
Programa: 0003 - Administração Geral

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.013 - Manutenção da Divisão de Material e Patrimônio	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO	A	GLOBAL	GL	1,00	70.000,00
g Manutenção dos serviços da divisão de material e patrimônio, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;						
g Aquisição de equipamentos e material permanente;						
g Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						70.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Unidade: 03.07 - DIVISÃO DE COMPRAS E LICITACAO
Programa: 0003 - Administração Geral

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.014 - Manutenção da Divisão de Compras e Licitações	DIVISAO DE COMPRAS E LICITACAO	A	GLOBAL	GL	1,00	80.000,00
g Manutenção dos serviços da divisão de compras e licitações, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;						
g Aquisição de equipamentos e material permanente;						
g Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						80.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 03.08 - DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
Programa: 0003 - Administração Geral

Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.015 - Manutenção da Divisão de Serviços Gerais	DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	A	GLOBAL	GL	1,00	140.000,00
☐ Manutenção dos serviços da divisão de serviços gerais, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, subjuntivo as ações contínuas; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						140.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 03.09 - PROCURADORIA MUNICIPAL
Programa: 0003 - Administração Geral

Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.085 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal	PROCURADORIA MUNICIPAL	A	GLOBAL	GL	1,00	250.000,00
☐ Manutenção das atividades da Procuradoria Municipal, através de custeio das despesas fixas e de manutenção, objetivando as ações contínuas; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						250.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETARIO
Programa: 0004 - Planejamento Governamental

Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.026 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento	GABINETE DO SECRETARIO	A	GLOBAL	GL	1,00	80.000,00
☐ Manutenção do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						80.000,00

Exercício: 2018
Situa o: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017
Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 04.03 - DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
Programa: 0000 - Opera es Especiais

Descri�o da A�o-Suba�o	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
0.002 - Amortiza�o e Encargos da Dívida Contratada	DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	O	GLOBAL	GL	1,00	650.000,00
� Acompanhar a aplica�o dos recursos de opera�es de crédito, conv�luc�es e termos de coopera�o;						
� Atender as despesas com amortiza�o, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública interna.						
0.003 - Sentenças Judiciais	DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	O	GLOBAL	GL	1,00	10.000,00
� Contar despesas decorrentes de sentenças judiciais.						
TOTAL DO EXERCÍCIO						660.000,00

Exercício: 2018
Situa o: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017
Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 04.03 - DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
Programa: 0004 - Planejamento Governamental

Descri�o da A�o-Suba�o	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.018 - Manuten�o da Divisão de Finanças, Orçamento e Contabilidade	DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	A	GLOBAL	GL	1,00	900.000,00
� Acompanhar a execu�o e o cumprimento das metas definidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;						
� Manuten�o dos serviços da divisão de finanças, orçamento e contabilidade, através de custeio de despesas fixas, despesas de manuten�o e de contrata�o de recursos humanos capacitados na área, objetivando as a�es contínuas;						
� Aquisi�o de equipamentos e material permanente;						
� Desenvolver outras a�es que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL DO EXERCÍCIO						900.000,00

Exercício: 2018
Situa o: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017
Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 04.03 - DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
Programa: 0999 - Reserva de Contingência

Descri�o da A�o-Suba�o	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
0.004 - Reserva de Contingência	DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	O	GLOBAL	GL	1,00	120.000,00
� Reservar créditos orçamentários para possíveis contingências.						
TOTAL DO EXERCÍCIO						120.000,00

Exercício: 2018
Situa o: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017
Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 04.04 - DIVISÃO DE ARRECADACÃO
Programa: 0006 - Gestão de Receitas e Fiscaliza o

Descri�o da A�o-Suba�o	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.019 - Manuten�o da Divisão de Arrecada�o	DIVISÃO DE ARRECADAC�O	A	GLOBAL	GL	1,00	250.000,00
� Manuten�o dos serviços da divisão de arrecada�o, através de custeio de despesas fixas, despesas de manuten�o e de contrata�o de recursos humanos capacitados na área, objetivando as a�es contínuas;						
� C�ter mecanismos de fiscaliza�o, através de atualiza�o, renova�o e informa�o do sistema de arrecada�o;						
� Promover o recadastramento p�rcipal territorial;						
� Aquisi�o de equipamentos e material permanente;						
� Desenvolver outras a�es que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL DO EXERCÍCIO						250.000,00

Exercício: 2018
 Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 04.05 - DIVISAO DE FISCALIZACAO
Programa: 0006 - Gestão de Receitas e Fiscalização

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.020 - Manutenção da Divisão de Fiscalização	DIVISAO DE FISCALIZACAO		A	GLOBAL	GL	1,00	280.000,00
g) Manutenção dos serviços da divisão de fiscalização, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; g) Aquisição de equipamentos e material permanente; g) Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.							
TOTAL NO EXERCÍCIO							280.000,00

Exercício: 2018
 Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 04.06 - DIVISAO DE TRIBUTOS
Programa: 0006 - Gestão de Receitas e Fiscalização

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.087 - Manutenção da Divisão de Tributos	DIVISAO DE TRIBUTOS		A	GLOBAL	GL	1,00	200.000,00

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
 Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2018 e dá outras providências.
 Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
 LEI Nº 4.20/2017

<input type="checkbox"/> Manutenção dos serviços de flubão de tributos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;	
<input type="checkbox"/> Coordenar o cumprimento da legislação tributária, orçamentária e financeira;	
<input type="checkbox"/> Estimular o planejamento governamental na área econômico-financeira, através do desenvolvimento de estudos e projetos;	
<input type="checkbox"/> Atualização de plantas e valores;	
<input type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos e material permanente;	
<input type="checkbox"/> Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.	
TOTAL DO EXERCÍCIO	200.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017
Data: 28/06/2017
Tip: Lei

Unidade: 05.01 - GABINETE DO SECRETARIO
Programa: 0007 - Criança na Escola

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.071 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	GABINETE DO SECRETARIO		A	GLOBAL	GL	1,00	70.000,00
<input type="checkbox"/> Manutenção do gabinete do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;							
<input type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos e material permanente;							
<input type="checkbox"/> Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.							
TOTAL DO EXERCÍCIO							70.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017
Data: 28/06/2017
Tip: Lei

Unidade: 05.02 - DIVISAO DE EDUCACAO
Programa: 0007 - Criança na Escola

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.072 - Manutenção da Divisão de Educação	DIVISAO DE EDUCACAO		A	Alunos	AL	450,00	1.002.800,00
<input type="checkbox"/> Manutenção dos serviços do ensino fundamental, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;							
<input type="checkbox"/> Promover a distribuição da merenda escolar;							
<input type="checkbox"/> Aquisição de mobiliários para Escola 9 de Maio;							
<input type="checkbox"/> Distribuição de Livros Didáticos;							
<input type="checkbox"/> Desenvolvimento de atividades curriculares do Ensino Fundamental;							
<input type="checkbox"/> Desenvolver o treinamento e capacitação de professores e servidores da rede municipal de ensino, através de cursos e encontros periódicos;							
<input type="checkbox"/> Distribuição de material escolar, bolsas e uniformes;							
<input type="checkbox"/> Adquirir, produzir e reprodutir materiais didático-pedagógicos, visando dar apoio ao processo de ensino;							
<input type="checkbox"/> Realizar pesquisa e projeto de área de afiliação visando à melhoria do desempenho da aprendizagem do aluno;							
<input type="checkbox"/> Implementar programa de acompanhamento da saúde física e mental dos alunos da rede pública, em parceria com órgãos governamentais e não governamentais;							
<input type="checkbox"/> Celebrar acordos e parcerias com organismos públicos, privados e organizações não governamentais, para financiar projetos de apoio ao desenvolvimento escolar;							
<input type="checkbox"/> Incentivar a realização de cursos de formação a distância em nível superior para todas as áreas, observando convênios e parcerias com Universidades credenciadas junto ao MEC;							
<input type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos e material permanente;							
<input type="checkbox"/> Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.							

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
 Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2018 e das outras providências.
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
 LEI Nº 420/2017

2.023 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	DIVISÃO DE EDUCACAO	A	Alunos	AL	450,00	40.000,00
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
2.027 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 60%	DIVISAO DE EDUCACAO	A	PROFESSORES	PROF	60,00	3.250.000,00
Manutenção dos serviços do ensino fundamental - FUNDEB 60%, através de despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas.						
Garantir o acompanhamento do piso salarial nacional dos professores.						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
2.028 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 40%	DIVISAO DE EDUCACAO	A	Alunos	AL	450,00	350.000,00
Manutenção dos serviços do ensino fundamental - FUNDEB 40%, através de despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas.						
Aquisição de equipamentos e material permanente.						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
2.030 - Manutenção do Transporte Escolar	DIVISAO DE EDUCACAO	A	Alunos	AL	425,00	1.065.800,00
Manutenção dos serviços do transporte escolar, através de despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas.						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
2.033 - Programa Nacional de Alimentação da Criança em Creche - PNAEC	DIVISAO DE EDUCACAO	A	Alunos	AL	135,00	20.000,00
Promover a distribuição de merenda escolar no Centro de Educação Infantil.						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
2.037 - Manutenção do Centro de Educação Infantil	DIVISAO DE EDUCACAO	A	Alunos	AL	125,00	115.500,00
Manutenção dos serviços do Centro de Educação Infantil, através de custos de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas.						
Prestar atendimento às necessidades das crianças de 0 a 5 anos, através do Centro de Educação Infantil Municipal.						
Aquirir brinquedos didáticos para a Educação Infantil.						
Aquisição de equipamentos e material permanente.						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						4.824.600,00

Exercício: 2018

Situação: Aprovada

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 420/2017

Data: 28/06/2017

Tipo: Lei

Unidade: 05.02 - DIVISAO DE EDUCACAO

Programa: 0008 - Apoio ao Ensino Especial

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Item ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.035 - Transferência de Recursos Financeiros a APAE Municipal	DIVISAO DE EDUCACAO	A	Alunos	AL	80,00	60.000,00
Dar atendimento consistente à criança com necessidades especiais.						
Implementar uma política de Educação Especial, integrando às pessoas com necessidades educacionais especiais ao processo de ensino-aprendizagem.						
Realizar recursos financeiros, avaliar, monitorar e acompanhar as prestações de contas para a APAE do Município.						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						60.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 05.02 - DIVISÃO DE EDUCACAO
Programa: 0009 - Apoio a Educação de Jovens e Adultos

Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.034 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA DIVISAO DE EDUCACAO		A	Alunos	AL	20,00	3.000,00
0 Manutenção dos serviços da educação de jovens e adultos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; 0 Incentivar e apoiar o Programa Paraná Alfabetizado; 0 Aquisição de equipamentos e material permanente; 0 Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						3.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 05.02 - DIVISÃO DE EDUCACAO
Programa: 0021 - Apoio ao Ensino Superior

Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.007 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Superior DIVISAO DE EDUCACAO		A	Alunos	AL	60,00	120.000,00
0 Manutenção dos serviços do transporte escolar do ensino superior, através de custeio de despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; 0 Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						120.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 05.04 - DIVISÃO DE ESPORTES
Programa: 0012 - Esporte e Lazer

Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.037 - Manutenção da Divisão de Esportes DIVISAO DE ESPORTES		A	Pessoas	Ps	380,00	200.000,00
0 Manutenção dos serviços da divisão de esportes, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; 0 Dar continuidade à prática do esporte; 0 Realizar parcerias com entidades públicas e privadas para a realização de eventos esportivos; 0 Aquisição de equipamentos e material permanente; 0 Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						200.000,00

Exercício: 2018

Situação: Aprovada

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 420/2017

Data: 28/06/2017

Tipo: Lei

Unidade: 06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Programa: 0014 - Saúde é Direito de Todos

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.045 - Programa Estadual de Qualificação da Vigilância em Saúde	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	P	APOIO ADMINISTRATIVO	und	3.078,00	38.500,00
Programa de Aperfeiçoamento e Qualificação da Vigilância em Saúde- firmado entre o Município e a Secretaria de Estado da Saúde.						
1.046 - Bloco de Investimento - Vigilância Alimentar e Nutricional	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	P	Pessoas	Ps	3.078,00	31.000,00
Contribuir para o Programa de Aperfeiçoamento e Qualificação da Vigilância em Saúde, referente a alimentação e nutrição.						
1.055 - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - APSUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	P	Unidade	und	3.078,00	255.000,00
Atender as demandas do Programa de Qualificação da Atenção Primária - APSUS.						
2.039 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Saúde	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	A	GLOBAL	GL	1,00	80.000,00
Manutenção dos serviços do gabinete do secretário de saúde, através de custo de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;						
Aquisição de equipamentos e material permanente;						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
2.040 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	A	Pessoas	Ps	3.328,00	4.511.000,00
Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Saúde, através de custo de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;						
Contratar médicos para acompanhar os programas de hipertensão, diabetes, grupo de terceira idade, plantonistas e atenção básica em geral;						
Capacitar agentes comunitários de saúde, para orientar a comunidade em medidas preventivas de saúde;						
Oferecer atendimento médico e odontológico no mínimo uma vez por semana, nos pontos estratégicos de bairros e distritos do Município;						
Dar prioridade absoluta à medicina preventiva com especial atenção à maternidade, infância, adolescência e idoso; através de criação de programas específicos;						
Firmar convênios/contratar Fundações, Hospitais e Laboratórios para atendimentos médicos e exames especializados;						
Oferecer cursos para gestantes, hipertensos, diabéticos, idosos e dependentes químicos, visando orientá-los sobre os riscos e como se prevenir;						
Contratar profissionais para ministrar cursos aos jovens e adolescentes sobre o risco do uso das drogas;						
Promover campanhas de esclarecimento quanto às consequências do uso indiscriminado de medicamentos, especialmente pelos jovens de terceira idade;						
Ações de manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS;						
Ações de manutenção do Programa Saúde da Família - PSF;						
Ações de manutenção do Programa de Saúde Bucal;						
Reformar o prédio do antigo Posto de Saúde, localizado no Distrito de Santo Antônio, de forma a torná-lo uma área de lazer e recreação para os munícipes;						
Aquisição de equipamentos e material permanente;						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento dos programas de saúde estabelecidos através de metas, planos e pactos de saúde;						
2.041 - Participação no Conselho Intermunicipal de Saúde - CISM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	A	Pessoas	Ps	250,00	400.000,00
Manutenção dos serviços do Conselho Intermunicipal de Saúde - CISM, através de custos de despesas fixas, despesas de manutenção, além das ações previstas pela entidade, objetivando as ações contínuas.						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento dos programas de saúde estabelecidos através de metas, planos e pactos de saúde;						
2.042 - Manutenção do Bloco de Médicos e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - SCS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	A	Pessoas	Ps	250,00	162.000,00
Firmar convênios/contratar Fundações, Hospitais e Laboratórios para atendimentos médicos e exames especializados;						
Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
 Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2018 e das outras providências.
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
 LEI Nº 420/2017

2.005 - Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde - SUS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	A	Propriedades	PROP	3.078.00	120.000,00
03 - Manutenção dos serviços das atividades de combate às doenças epidemiológicas, gerenciamento de riscos, vigilância sanitária e demais ações estruturantes, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;					
04 - Aquisição de equipamentos e material permanente;					
05 - Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.					
2.046 - Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica - SUS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	A	Pessoas	Ps	3.078.00	50.000,00
03 - Manutenção dos serviços das atividades de Assistência Farmacêutica, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;					
04 - Aquisição de equipamentos e material permanente;					
05 - Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.					
2.075 - Aquisição de Medicamentos - Através de Consórcio FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	A	Pessoas	Ps	3.078.00	100.000,00
03 - Manutenção do termo de convênio firmado entre o Município e o Consórcio de Medicamentos do Paraíso para aquisição de medicamentos a preços mais acessíveis;					
04 - Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.					
2.081 - Participação no Consórcio de Urgência e Emergência - CUENEP / SAMU	A	Pessoa	Ps	3.078.00	45.000,00
03 - Manutenção dos serviços prestados pelo Consórcio de Urgência e Emergência - CUENEP / SAMU, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, razão das ações prestadas pela entidade, objetivando as ações contínuas.					
04 - Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa; de saúde estabelecidos através de metas, planos e pactos de saúde.					
TOTAL NO EXERCÍCIO					5.792.500,00

Exercício: 2018

Situação: **Aprovada**

Unidade Gestora: **CONSOLIDADO**

Unidade: **07.01 - GABINETE DO SECRETARIO**

Programa: **0016 - Planej. Urbano e Serv. de Util. Pública**

Fundamento Legal: **470/2017**

Data: **28/06/2017**

Tipo: **Lei**

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.081 - Manutenção do gabinete do secretário de Obras e Serviços Públicos	GABINETE DO SECRETARIO	A	GLOBAL	GL	1,00	80.000,00
03 - Manutenção dos serviços do Gabinete do Secretário de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;						
04 - Aquisição de equipamentos e material permanente;						
05 - Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						80.000,00

Exercício: 2018

Situação: **Aprovada**

Unidade Gestora: **CONSOLIDADO**

Unidade: **07.02 - DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO**

Programa: **0016 - Planej. Urbano e Serv. de Util. Pública**

Fundamento Legal: **420/2017**

Data: **28/06/2017**

Tipo: **Lei**

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.046 - Manutenção da Divisão de Obras e Urbanismo	DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO	P	Unidade	und	1,00	250.000,00
03 - Construção e finalização de obras de melhorias em áreas de interesse do Município e demais Entes da Federação.						
2.046 - Manutenção da Divisão de Obras e Urbanismo	DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO	A	Metro Linear	m	3.078,00	625.000,00

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
 Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2018 e dá outras providências.
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
 LEI Nº 420/2017

<ul style="list-style-type: none"> ⊖ Manutenção dos serviços da divisão de obras e urbanismos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; ⊖ Desenvolver atividades de urbanização das áreas, revitalização, remanejamento e paisagismo; ⊖ Conservação de praças, parques e jardins; ⊖ Manutenção do Cemitério Municipal; ⊖ Aquisição de equipamentos e material permanente; ⊖ Ampliar e reformar a Capela Mortuária de Alto Paraíso; ⊖ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa. 	TOTAL NO EXERCÍCIO	475.000,00
---	---------------------------	-------------------

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Unidade: 07.03 - DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Programa: 0016 - Planej. Urbano e Serv. de Util. Pública

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.050 - Manutenção de Divisão de Serviços Públicos	DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	A	Metro Linear	m	3.076,00	725.000,00

- ⊖ Manutenção dos serviços de manutenção da divisão de serviços públicos, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- ⊖ Realização da limpeza pública;
- ⊖ Aquisição de equipamentos e material permanente;
- ⊖ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.

TOTAL NO EXERCÍCIO **725.000,00**

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Unidade: 07.04 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
Programa: 0017 - Manut. e Conservação da Malha Viária

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.053 - Manutenção dos Serviços Rodoviários	DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	A	Metro Linear	m	8.000,00	565.800,00

- ⊖ Manutenção dos serviços da divisão de serviços rodoviários, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
- ⊖ Aquisição de equipamentos e material permanente;
- ⊖ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.

TOTAL NO EXERCÍCIO **565.800,00**

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Fundamento Legal: 420/2017 **Data: 28/06/2017** **Tipo: Lei**

Unidade: 07.05 - Fundo Mun. Habitação de Interesse Social
Programa: 0016 - Planej. Urbano e Serv. de Util. Pública

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.047 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Fundo Mun. Habitação de Interesse Social	P	Unidade	und	1,00	3.500,00

- ⊖ Contribuir e apoiar os estudos necessários para a implantação do conjunto habitacional firmado entre o Município e demais Entes da Federação.

2.088 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Fundo Mun. Habitação de Interesse Social	A	Undade	und	1,00	10.000,00
☐ Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						11.500,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETARIO
Programa: 0018 - Promoção e Extensão Rural

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.059 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Agricultura	GABINETE DO SECRETARIO	A	GLOBAL	GL	1,00	80.000,00
☐ Manutenção dos serviços do Gabinete do Secretário de Agricultura, Abastecimento, Indústria e Comércio, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						80.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Unidade: 08.02 - DIV. DE FOMENTO AGROPEC. E ABASTECIMENTO
Programa: 0018 - Promoção e Extensão Rural

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.051 - Investimentos na Divisão de Fomento Agropecuario e Abastecimento.	DIV. DE FOMENTO AGROPEC. E ABASTECIMENTO	P	Unidade	und	2.100,00	3.500,00
☐ Investimentos na Divisão de Fomento Agropecuario e Abastecimento.						
2.057 - Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuario e Abastecimento.	DIV. DE FOMENTO AGROPEC. E ABASTECIMENTO	A	Propriedades	PROP	210,00	350.000,00
☐ Manutenção dos serviços da divisão de fomento agropecuario e abastecimento, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; ☐ Oferecer sementes para o milho, pequeno produtor rural e siliante; ☐ Promover cursos de assistência técnica para os produtores rurais do Município; ☐ Dar atendimento consistente ao produtor rural, com vistas à geração de empregos e incremento da arrecadação tributária do Município; ☐ Realizar preparo de terras e conservação do solo a preços subsidiados, nos termos da legislação específica; ☐ Dar atendimento técnico ao micro e pequeno produtor rural, tendo em vista o desenvolvimento da agricultura no Município; ☐ Efetuar a distribuição de estercos orgânicos e demais adubos de forma gratuita ou a preços subsidiados ao micro e pequeno produtor rural; ☐ Dar continuidade ao programa de irradiação artificial para a melhoria do gado; ☐ Promover visitas de agricultores em áreas de pesquisa de campo; ☐ Adotar medidas para assegurar emprego ao trabalhador rural; ☐ Doar mudas e sementes de hortaliça e café, prioritariamente aos pequenos produtores rurais; ☐ Promover parcerias com órgãos federais e estaduais ligados à agricultura e reforma agrária, visando o assentamento de trabalhadores rurais; ☐ Realizar exames laboratoriais em animais de médio e grande porte para prevenção de doenças; ☐ Fimizar parceria junto com demais órgãos para implantação e melhoria do sistema de irrigação para pequenas e médias áreas rurais; ☐ Elaborar projetos de cunho através de trabalho em conjunto com demais órgãos da Federação; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						353.500,00

Exercício: 2018
 Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 4.20/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 08.03 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Programa: 0019 - Apoio a Indústria e Comércio

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.059 - Manutenção da Divisão de Indústria e Comércio	DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	A	Comércio e Indústrias	und	105,00	65.000,00

Manutenção dos serviços da divisão de indústria e comércio, através de custos de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
 Formalizar convênios de cooperação nas áreas de tecnologia, de promoção econômica e gestão empresarial e profissionalização de mão-de-obra, através de instituições públicas e privadas;
 Apoiar a comunidade empresarial, visando o desenvolvimento econômico e tecnológico, promovendo a expansão industrial e comercial do Município;
 Promover e apoiar o desenvolvimento do artesanato no Município;
 Divulgar o Município, através dos meios de comunicações adequadas, incentivando e atraindo empresas a se instalarem no Município;
 Promover a expansão e a diversificação dos setores industrial, comercial e de serviços;
 Disponibilizar recursos para investimento na agroindústria do Município visando a geração de empregos e rendas;
 Incentivar e investir na diversificação da agricultura e agroindústria, e criar no município espaço próprio para comercialização dos produtos;
 Disponibilizar espaços físicos adequados para incentivo à indústria e comércio;
 Aquisição de equipamentos e material permanente;
 Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.

TOTAL NO EXERCÍCIO 65.000,00

Exercício: 2018
 Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 4.20/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 09.01 - GABINETE DO SECRETARIO
Programa: 0020 - Preserv. de Rec. Naturais e Renováveis

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.060 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente	GABINETE DO SECRETARIO	A	GLOBAL	GL	1,00	80.000,00

Manutenção dos serviços do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente e Ecologia, através de custos de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;
 Aquisição de equipamentos e material permanente;
 Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.

TOTAL NO EXERCÍCIO 80.000,00

Exercício: 2018
 Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 4.20/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 09.02 - DIVISÃO DE TURISMO
Programa: 0013 - Apoio ao Desenvolvimento do Turismo

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.038 - Manutenção da Divisão de Turismo	DIVISÃO DE TURISMO	A	Pessoas	Ps	3.078,00	45.000,00

TOTAL NO EXERCÍCIO 45.000,00

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
 Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2018 e dá outras providências.
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
 LEI Nº 420/2017

<ul style="list-style-type: none"> ☐ Manutenção dos serviços da divisão de turismo, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; ☐ Realização de cursos de atualização e formação voltados para o turismo; ☐ Estimular o aproveitamento dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico visando a sua valorização e preservação; ☐ Realização de eventos, concessões, e atividades incentivando o turismo rural, ecológico e de lazer; ☐ Apoio às empresas ligadas ao turismo para trabalharem em nosso município através de convênios de cooperação com demais órgãos da Federação; ☐ Realização e apoio de festa de pesca à pleger; ☐ Organizar o calendário de eventos do Município; ☐ Adquirição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa. 	TOTAL NO EXERCÍCIO	45.000,00
--	---------------------------	-----------

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 09.04 - DIVISÃO SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA AGRÁRIA
Programa: 0020 - Preserv. de Rec. Naturais e Renováveis

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.057 - Investimento no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	DIVISÃO SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA AGRÁRIA	P	Unidade	und	3.078,00	80.000,00
☐ Desenvolver ações que contribuam para o cumprimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, através de custeio de despesas fixas, despesas com manutenção, recursos humanos, investimentos, objetivando as ações contínuas.						
2.054 - Manutenção do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	DIVISÃO SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA AGRÁRIA	A	Unidade	und	3.078,00	270.000,00
☐ Desenvolver ações que contribuam para o cumprimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, através de custeio de despesas fixas, despesas com manutenção, recursos humanos, investimentos, objetivando as ações contínuas.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						300.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 09.06 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Programa: 0020 - Preserv. de Rec. Naturais e Renováveis

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.051 - Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	A	PORCENTAGEM	%	91,00	300.000,00
☐ Manutenção dos serviços da divisão de meio ambiente, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;						
☐ Criar o plano de manejo da APA Municipal;						
☐ Evolução do zoneamento ambiental;						
☐ Demarcação da área de APA Municipal com placas padronizadas;						
☐ Manutenção dos serviços do programa a cargo do CORIPA, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, contratação de recursos humanos capacitados na área e rateio de suas despesas administrativas e executivas, objetivando as ações contínuas;						
☐ Aquisição de equipamentos e material permanente;						
☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
2.063 - Manutenção da Divisão de Fiscalização Ambiental	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	A	PORCENTAGEM	%	91,00	200.000,00
☐ Manutenção dos serviços da divisão de fiscalização ambiental, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;						
☐ Oferecer cursos para os fiscais municipais de meio ambiente, habilitando-os para o trabalho;						
☐ Atualização de banco de dados comunicáveis para fiscalização municipal;						
☐ Aquisição de equipamentos e material permanente;						
☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						500.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETARIO
 Programa: 0005 - Assistência Social
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Descrição de Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.096 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Promoção Social	GABINETE DO SECRETARIO	A	GLOBAL	GL	1,00	80.000,00
0 - Manutenção dos serviços do Gabinete do Secretário de Promoção Social, através de contrato de empresas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; 0 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 0 - Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						80.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Unidade: 10.03 - DIVISAO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS
 Programa: 0005 - Assistência Social
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Descrição de Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.068 - Manutenção de Divisão de Assuntos Comunitários	DIVISAO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS	A	Pessoas	Ps	200,00	250.000,00
0 - Manutenção dos serviços da divisão de assuntos comunitários, através de contrato de empresas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; 0 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 0 - Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						250.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Unidade: 10.04 - DIVISAO DE PROMOCAO HUMANA
 Programa: 0005 - Assistência Social
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Descrição de Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.070 - Manutenção da Divisão de Promoção Humana	DIVISAO DE PROMOCAO HUMANA	A	Pessoas	Ps	200,00	95.000,00
0 - Manutenção dos serviços da divisão de promoção humana, através de contrato de empresas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; 0 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 0 - Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						95.000,00

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Unidade: 10.05 - DIVISAO DE PROGRAMAS SOCIAIS
 Programa: 0005 - Assistência Social
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Descrição de Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.096 - Manutenção da Divisão de Programas Sociais	DIVISAO DE PROGRAMAS SOCIAIS	A	Pessoas	Ps	200,00	150.000,00
0 - Manutenção dos serviços da divisão de programas sociais, através de contrato de empresas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; 0 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 0 - Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.						
TOTAL NO EXERCÍCIO						150.000,00

<ul style="list-style-type: none"> ☐ Manutenção dos serviços da Divisão de Programas Sociais, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa. 	TOTAL NO EXERCÍCIO	150.000,00
--	--------------------	------------

Exercício: 2018
Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 10.06 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Programa: 0005 - Assistência Social

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
1.052 - Investimentos a serem realizados no Fundo Municipal de Assistência Social.		P	Unidade	und	200,00	215.000,00
2.071 - Programa a Cargo do Fundo Municipal de Assistência Social						
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa e serviços do público prioritário.		A	Pessoas	P4	200,00	130.000,00
2.083 - Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, garantindo equipe técnica de acordo com a legislação específica.						
☐ Realizar e apoiar as atividades desenvolvidas através do centro de atendimento ao trabalhador;		A	Pessoas	P4	200,00	130.000,00
☐ Realizar a manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, garantindo equipe técnica de acordo com a legislação específica;		A	Pessoas	P4	200,00	130.000,00
☐ Atender famílias em situação de vulnerabilidade social através dos benefícios eventuais;		A	Pessoas	P4	200,00	130.000,00
☐ Proporcionar cursos e palestras para melhorar a qualidade de vida dos usuários da assistência social, garantia ao acesso e continuidade do acompanhamento familiar, assim como, proporcionar eventos sobre a reflexão e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida;		A	Pessoas	P4	200,00	130.000,00
☐ Realizar diagnóstico sócio assistencial do território do Município;		A	Pessoas	P4	200,00	130.000,00
☐ Aquisição de equipamentos e material permanente;		A	Pessoas	P4	200,00	130.000,00
☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.		A	Pessoas	P4	200,00	130.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
2.085 - Manutenção do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Assistência Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, objetivando as ações contínuas;		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Executar a política de atendimento a criança, adolescente, idoso e família através de ações voltadas para a melhor condição de vida, promovendo eventos, realizando cursos profissionalizantes, entre outros;		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Realizar e apoiar as atividades desenvolvidas através do centro de atendimento ao trabalhador;		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Realizar a manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, garantindo equipe técnica de acordo com a legislação específica;		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Atender famílias em situação de vulnerabilidade social através dos benefícios eventuais;		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Atender pessoas que se encontram em situação de risco de calamidade ou emergência pública devidamente declarada pelo Município;		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Proporcionar cursos e palestras para melhorar a qualidade de vida dos usuários da assistência social, garantia ao acesso e continuidade do acompanhamento familiar, assim como, proporcionar eventos sobre a reflexão e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida;		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Realizar diagnóstico sócio assistencial do território do Município;		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Aquisição de equipamentos e material permanente;		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00
☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.		A	Pessoas	P5	200,00	175.000,00

Prefeitura Municipal de Alto Paraito - PR
 Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Alto Paraito para o exercício de 2018 e as outras proviências.
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
 LEI Nº 420/2017

2.004 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO SUAS	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Pessoas	Ps	200,00	15.500,00
0	Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Assistência Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, objetivando as ações contínuas;					
0	Executar a política de atendimento a criança, adolescente, idoso e família através de ações voltadas para a melhor condição de vida, promovendo eventos, terapia ocupacional, apoiando cursos profissionalizantes, entre outros;					
0	Realizar e apoiar as atividades desenvolvidas através do centro de atendimento ao trabalhador;					
0	Realizar a manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, garantindo equipe técnica de acordo com a legislação específica;					
0	Atender famílias em situação de vulnerabilidade social através dos benefícios eventuais;					
0	Atender pessoas que se encontram em situação de risco de calamidade ou emergência pública devidamente declarada pelo Município;					
0	Proporcionar cursos e palestras para melhorar a qualidade de vida dos usuários da assistência social, garantir ao acesso e continuidade do acompanhamento familiar, assim como, proporcionar eventos sobre a reflexão e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida;					
0	Realizar diagnóstico sócio assistencial do território do Município;					
0	Aquisição de equipamentos e material permanente;					
0	Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.					
2.005 - BLOCO GESTÃO PROG. BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Pessoas	Ps	200,00	21.000,00
0	Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Assistência Social, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, objetivando as ações contínuas;					
0	Executar a política de atendimento a criança, adolescente, idoso e família através de ações voltadas para a melhor condição de vida, promovendo eventos, terapia ocupacional, apoiando cursos profissionalizantes, entre outros;					
0	Realizar e apoiar as atividades desenvolvidas através do centro de atendimento ao trabalhador;					
0	Realizar a manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, garantindo equipe técnica de acordo com a legislação específica;					
0	Atender famílias em situação de vulnerabilidade social através dos benefícios eventuais;					
0	Atender pessoas que se encontram em situação de risco de calamidade ou emergência pública devidamente declarada pelo Município;					
0	Proporcionar cursos e palestras para melhorar a qualidade de vida dos usuários da assistência social, garantir ao acesso e continuidade do acompanhamento familiar, assim como, proporcionar eventos sobre a reflexão e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida;					
0	Realizar diagnóstico sócio assistencial do território do Município;					
0	Aquisição de equipamentos e material permanente;					
0	Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.					
TOTAL NO EXERCÍCIO						355.500,00

Exercício: 2018

Situação: Aprovada

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 420/2017

Data: 28/06/2017

Tipo: Lei

Unidade: 10.07 - FUNDO MUN DOS DIR DA CRIANÇA E DO ADOLES

Programa: 0005 - Assistência Social

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Unid. Responsável	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
6.07 - Programa a Cargo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FUNDO MUN DOS DIR DA CRIANÇA E DO ADOLES		Crianças e Adolescentes	CR	375,00	150.000,00
0	Manutenção dos serviços do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas;					
0	Dar continuidade ao programa Projetos de atendimento às crianças e adolescentes;					
0	Implantar e executar a formação, através de cursos e outros, para jovens autônomos, através de programas de aprendizagem voltados para a preparação e inserção do jovem no ambiente de trabalho;					
0	Bolsegar o Ensino da Criança e do Adolescente, assim como, outros materiais disponíveis para a divulgação dos direitos da criança e adolescente na escola e comunidade de forma geral, assim como, desenvolver projetos que atendam todas as crianças e adolescentes;					
0	Apoiar ações e dar suporte à comunidade organizada e Pastores da Criança, dos jovens e da família, para melhor atender nossa comunidade;					
0	Promover a capacitação, continuada aos profissionais que atuam junto a criança e adolescente, assim como, os conselheiros tutelares;					
0	Reservar os recursos financeiros, avaliar, monitorar e acompanhar as prestações de contas dos repasses à entidades que trabalham com crianças e adolescentes;					
0	Sistemizar o atendimento pedagógico no município de Alto Paraito, postulando estratégias preventivas, em consonância com o ECA - (Estatuto da Criança e do Adolescente, e, com o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socio Educativo), no sentido de proporcionar um atendimento pedagógico educativo de qualidade;					
0	Aquisição de equipamentos e material permanente;					
0	Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa e serviços de público-orientado.					
TOTAL NO EXERCÍCIO						150.000,00

Exercício: 2018
 Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 10.08 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Programa: 0005 - Assistência Social

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.089 - Programa a Cargo do Proverer Municipal	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		A	Pessoas	Ps	35,00	96.000,00
☐ Repassar os recursos financeiros, avaliar, monitorar e acompanhar as prestações de contas. ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.							
2.097 - Manutenção do Fundo Mun. dos Direitos da Pessoa Idosa	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		A	Pessoas	Ps	470,00	70.000,00
☐ Manutenção dos serviços do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção, objetivando as ações contínuas; ☐ Executar a política de atendimento ao idoso e familiares através de ações voltadas para a melhor condição de vida, promovendo eventos, terapia ocupacional, entre outros; ☐ Realizar e apoiar as atividades desenvolvidas por terceiros que auxiliem os idosos; ☐ Proporcionar cursos e palestras para melhorar a qualidade de vida dos idosos do Município, assim como, proporcionar eventos sobre a afinidade e relacionamento familiar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.							
TOTAL NO EXERCÍCIO							166.000,00

Exercício: 2018
 Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 11.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE CULTURA
Programa: 0011 - Apoio a Cultura

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.095 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Cultura	GABINETE DO SECRETÁRIO DE CULTURA		A	APOIO ADMINISTRATIVO	und	1,00	60.000,00
☐ Manutenção dos serviços do Gabinete do Secretário de Cultura, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.							
TOTAL NO EXERCÍCIO							60.000,00

Exercício: 2018
 Situação: Aprovada
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO
 Fundamento Legal: 420/2017
 Data: 28/06/2017
 Tipo: Lei

Unidade: 11.02 - DIVISÃO DE CULTURA
Programa: 0011 - Apoio a Cultura

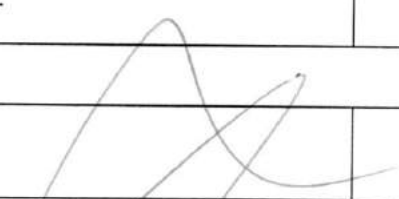
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.016 - Manutenção da Divisão de Cultura	DIVISÃO DE CULTURA		A	Pessoas	Ps	1,00	350.000,00
☐ Manutenção dos serviços da Divisão de Cultura, através de custeio de despesas fixas, despesas de manutenção e de contratação de recursos humanos capacitados na área, objetivando as ações contínuas; ☐ Elaborar e realizar Calendário Oficial de eventos esportivos e artísticos-culturais; ☐ Promover atividades relacionadas a projetos artísticos-culturais, valorizando a cultura e incentivando os artistas locais; ☐ Incentivar e apoiar a realização de festas do povo; ☐ Incentivar e apoiar a realização da Festa de São João; ☐ Incentivar e apoiar a realização de eventos de festivais de cabanos; ☐ Incentivar e apoiar a realização de cavalgadas no município; ☐ Adquirir furo para abastecimento da Biblioteca Municipal, Escola Municipal 9 de Maio e Centro de Educação Infantil; ☐ Apoiar e incentivar a fofreira municipal; ☐ Construção e manutenção da Biblioteca Cidadã; ☐ Fazer convênios com demais órgãos de Federação para a construção de Casa da Cultura Municipal; ☐ Aquisição de equipamentos e material permanente; ☐ Desenvolver outras ações que contribuam para o cumprimento do programa.							
TOTAL NO EXERCÍCIO							350.000,00
TOTAL DA LDO / 2018							34.000.400,00

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI 420/2017
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Epidemias e Calamidades Públicas	20.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de despesas discricionárias	20.000,00
SUBTOTAL	20.000,00	SUBTOTAL	20.000,00
TOTAL	20.000,00	TOTAL	20.000,00



Município de Alto Paraiso - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI 420/2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	24.231.300,00	0,032	0,107	22.175.866,65	0,030	0,106	(2.055.433,35)	-8,48
Receita Primária (I)	22.591.800,00	0,030	0,100	21.352.572,09	0,029	0,102	(1.239.227,91)	-5,49
Despesa Total	24.231.300,00	0,032	0,107	21.621.090,83	0,029	0,103	(2.610.209,17)	-10,77
Despesa Primária (II)	23.781.300,00	0,032	0,105	21.234.229,62	0,028	0,101	(2.547.070,38)	-10,71
Resultado Primário (III)=(I - II)	(1.189.500,00)	(0,002)	(0,005)	118.342,47	-	0,001	1.307.842,47	-109,95
Resultado Nominal	506.673,23	0,001	0,002	(38.024,26)	-	-	(544.697,49)	-107,50
Dívida Pública Consolidada	1.329.366,36	0,002	0,006	1.663.906,53	0,002	0,008	334.540,17	25,17
Dívida Consolidada Líquida	406.144,70	0,001	0,002	-	-	-	(406.144,70)	-100,00

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2018

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						%	2020	%	2019	%	2020	%
	2015	2016	%	2017	2018	%							
Receita Total	22.144.541,52	24.231.300,00	9,42	25.148.825,00	3,79	24.000.400,00	-4,57	25.080.418,00	4,50	26.209.036,81	4,50	26.209.036,81	4,50
Receita Primária (I)	21.284.430,00	22.591.800,00	6,14	24.216.325,00	7,19	23.619.200,00	-2,47	23.982.064,00	1,54	25.442.756,88	6,09	25.442.756,88	6,09
Despesa Total	22.144.541,52	24.231.300,00	9,42	25.148.825,00	3,79	24.000.400,00	-4,57	25.080.418,00	4,50	26.209.036,81	4,50	26.209.036,81	4,50
Despesa Primária (II)	21.687.291,52	23.781.300,00	9,66	24.498.825,00	3,02	23.300.400,00	-4,89	24.300.418,00	4,29	25.374.036,81	4,42	25.374.036,81	4,42
Resultado Primário (III)=(I - II)	(402.861,52)	(1.189.500,00)	195,26	(282.500,00)	-76,25	318.800,00	-212,85	(318.354,00)	-199,86	68.720,07	-121,59	68.720,07	-121,59
Resultado Nominal	484.854,77	506.673,23	4,50	(8.935,21)	-101,76	175.964,36	-2069,34	110.932,52	-36,96	26.874,09	-75,77	26.874,09	-75,77
Dívida Pública Consolidada	1.272.120,92	1.329.366,36	4,50	1.738.782,32	30,80	1.817.027,53	4,50	1.898.793,77	4,50	1.700.645,00	-10,44	1.700.645,00	-10,44
Dívida Consolidada Líquida	388.655,22	406.144,70	4,50	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						%	2020	%	2019	%	2020	%
	2015	2016	%	2017	2018	%							
Receita Total	24.596.617,67	25.321.708,50	2,95	25.148.825,00	-0,68	22.966.889,95	-8,68	22.966.889,95	0,00	22.966.889,95	0,00	22.966.889,95	0,00
Receita Primária (I)	23.641.265,58	23.608.431,00	-0,14	24.216.325,00	2,57	22.602.105,26	-6,67	21.961.094,30	-2,84	22.295.401,45	1,52	22.295.401,45	1,52
Despesa Total	24.596.617,67	25.321.708,50	2,95	25.148.825,00	-0,68	22.966.889,95	-8,68	22.966.889,95	0,00	22.966.889,95	0,00	22.966.889,95	0,00
Despesa Primária (II)	24.088.736,15	24.851.458,50	3,17	24.498.825,00	-1,42	22.297.033,49	-8,99	22.252.620,59	-0,20	22.235.182,29	-0,08	22.235.182,29	-0,08
Resultado Primário (III)=(I - II)	(447.470,58)	(1.243.027,50)	177,79	(282.500,00)	-77,27	305.071,77	-207,99	(291.526,29)	-195,56	60.219,16	-120,66	60.219,16	-120,66
Resultado Nominal	538.542,98	529.473,53	-1,68	(8.935,21)	-101,69	168.386,95	-1984,53	101.584,23	-39,67	23.549,67	-76,82	23.549,67	-76,82
Dívida Pública Consolidada	1.412.983,51	1.389.187,85	-1,68	1.738.782,32	25,17	1.738.782,33	0,00	1.738.782,33	0,00	1.490.269,44	-14,29	1.490.269,44	-14,29
Dívida Consolidada Líquida	431.691,21	424.421,21	-1,68	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00

Município de Alto Paraiso - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI 420/2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	17.726.435,33	100,00	15.342.262,63	100,00	12.439.564,66	100,00
TOTAL	17.726.435,33	100,00	15.342.262,63	100,00	12.439.564,66	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Município de Alto Paraíso - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI 420/2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

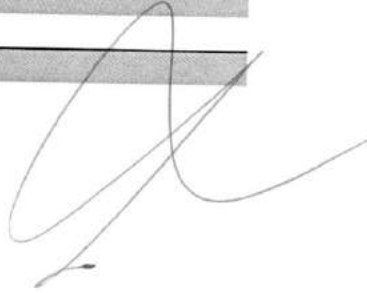
R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	2.132,61	109.307,72	91.788,82
Alienação de Bens Móveis	2.132,61	109.307,72	91.788,82
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	21.979,50	177.443,57	-
DESPESAS DE CAPITAL	21.979,50	177.443,57	-
Investimentos	21.979,50	177.443,57	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2016 (g)=((Ia-IIId)+IIIh)	2015 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)	2014 (i)=((Ic-IIf)
VALOR (III)	3.806,08	23.652,97	91.788,82

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI 420/2017
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2018

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			



Município de Alto Paraiso - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI 420/2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea a)

RS 1,00

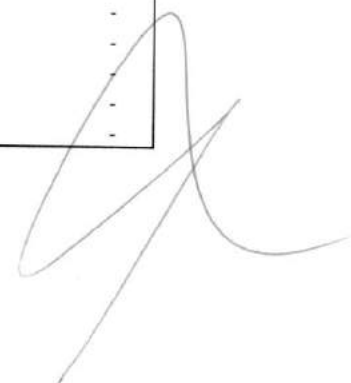
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2017	-	-	-	-
2018	-	-	-	-
2019	-	-	-	-
2020	-	-	-	-
2021	-	-	-	-
2022	-	-	-	-
2023	-	-	-	-
2024	-	-	-	-
2025	-	-	-	-
2026	-	-	-	-
2027	-	-	-	-
2028	-	-	-	-
2029	-	-	-	-
2030	-	-	-	-
2031	-	-	-	-
2032	-	-	-	-
2033	-	-	-	-
2034	-	-	-	-
2035	-	-	-	-
2036	-	-	-	-
2037	-	-	-	-
2038	-	-	-	-
2039	-	-	-	-
2040	-	-	-	-
2041	-	-	-	-
2042	-	-	-	-
2043	-	-	-	-
2044	-	-	-	-
2045	-	-	-	-
2046	-	-	-	-
2047	-	-	-	-
2048	-	-	-	-
2049	-	-	-	-
2050	-	-	-	-
2051	-	-	-	-
2052	-	-	-	-
2053	-	-	-	-
2054	-	-	-	-
2055	-	-	-	-
2056	-	-	-	-
2057	-	-	-	-
2058	-	-	-	-
2059	-	-	-	-
2060	-	-	-	-
2061	-	-	-	-
2062	-	-	-	-
2063	-	-	-	-
2064	-	-	-	-
2065	-	-	-	-
2066	-	-	-	-
2067	-	-	-	-
2068	-	-	-	-

Município de Alto Paraiso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI 420/2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

					R\$ 1,00
2069	-	-	-	-	-
2070	-	-	-	-	-
2071	-	-	-	-	-
2072	-	-	-	-	-
2073	-	-	-	-	-
2074	-	-	-	-	-
2075	-	-	-	-	-
2076	-	-	-	-	-
2077	-	-	-	-	-
2078	-	-	-	-	-
2079	-	-	-	-	-
2080	-	-	-	-	-
2081	-	-	-	-	-
2082	-	-	-	-	-
2083	-	-	-	-	-
2084	-	-	-	-	-
2085	-	-	-	-	-
2086	-	-	-	-	-
2087	-	-	-	-	-
2088	-	-	-	-	-
2089	-	-	-	-	-
2090	-	-	-	-	-



Município de Alto Paraíso - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI 420/2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2018

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	Concessão de isenção caráter não geral	Aposentados, Pensionistas, Viúvas e Deficientes.	2.500,00	2.500,00	2.500,00	De acordo com o inciso I, do art. 14 da LRF, a renúncia foi considerada na estimativa da receita e não afetará as metas de resultados fiscais previstas.
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	Outros benefícios	Desconto para pagamento em cota Única.	18.000,00	20.000,00	22.000,00	
TOTAL			20.500,00	22.500,00	24.500,00	

RS 1,00

Município de Alto Paraíso - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI 420/2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	100.000,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	20.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	80.000,00
Redução Permanente da Despesa(II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	80.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	80.000,00

